

Artigos livres

Educação Ambiental Crítica e Justiça Ambiental: reflexões e práticas no contexto escolar

Between the countryside and the city: the materialization of
Environmental Education in early Childhood Education Political-
Pedagogical Projects

Educación Ambiental Crítica y Justicia Ambiental: reflexiones y prácticas
en el contexto escolar

Kelly Bernardo de Paulo¹ , Mônica Dias Vieira¹ ,
Salete da Aparecida Martins¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Catarina , Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO

Esse artigo discute as contribuições da Justiça Ambiental para a Educação Ambiental Crítica a partir de experiências pedagógicas desenvolvidas em uma escola da rede municipal de Florianópolis, entre 2023 e 2024. Objetiva-se discutir as contribuições da Justiça Ambiental para a Educação Ambiental Crítica, refletir sobre suas potencialidades para a compreensão das desigualdades socioambientais nos territórios e relatar experiências pedagógicas que articulam a gestão de resíduos sólidos a questões de vulnerabilidade climática, território e injustiça ambiental. O trabalho articula discussão teórica e relato de experiência, tendo como base a compreensão da crise socioambiental como resultado de processos históricos, econômicos e políticos. As reflexões evidenciam a importância de práticas educativas contextualizadas para a compreensão crítica das desigualdades socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Justiça Ambiental; Práticas pedagógicas

ABSTRACT

This article discusses the contributions of Environmental Justice to Critical Environmental Education based on pedagogical experiences developed in a municipal school in Florianópolis, Brazil, between 2023 and 2024. The objectives are to discuss the contributions of Environmental Justice to Critical Environmental Education, reflect on its potential to foster understanding of socio-environmental inequalities in

different territories, and report pedagogical experiences that connect solid waste management to issues of climate vulnerability, territory, and environmental injustice. The study combines theoretical discussion and an experience report, grounded in the understanding of the socio-environmental crisis as the result of historical, economic, and political processes. The reflections highlight the importance of contextualized educational practices for a critical understanding of socio-environmental inequalities.

Keywords: Environmental Education; Environmental Justice; Pedagogical practices

RESUMEN

Este artículo analiza las contribuciones de la Justicia Ambiental para la Educación Ambiental Crítica a partir de experiencias pedagógicas desarrolladas en una escuela de la red municipal de Florianópolis, entre 2023 y 2024. Los objetivos consisten en discutir las contribuciones de la Justicia Ambiental para la Educación Ambiental Crítica, reflexionar sobre sus potencialidades para la comprensión de las desigualdades socioambientales en los territorios y relatar experiencias pedagógicas que articulan la gestión de residuos sólidos con cuestiones de vulnerabilidad climática, territorio e injusticia ambiental. El trabajo articula discusión teórica y relato de experiencia, basado en la comprensión de la crisis socioambiental como resultado de procesos históricos, económicos y políticos. Las reflexiones evidencian la importancia de prácticas educativas contextualizadas para la comprensión crítica de las desigualdades socioambientales.

Palabras clave: Educación Ambiental; Justicia Ambiental; Prácticas pedagógicas

1 INTRODUÇÃO

A intensificação dos problemas ambientais nas últimas décadas têm evidenciado a necessidade de compreender a crise socioambiental contemporânea para além de suas manifestações imediatas. Loureiro (2004) caracteriza como uma crise civilizatória, resultante de processos históricos, econômicos, políticos e culturais que estruturam as relações entre sociedade e natureza. Nesse contexto, torna-se insuficiente analisar as questões ambientais apenas sob uma perspectiva técnica ou conservacionista, uma vez que seus impactos estão profundamente relacionados às desigualdades sociais, aos conflitos territoriais e aos modelos de desenvolvimento que orientam a produção e a distribuição dos recursos naturais. Dessa forma, compreender a complexidade da crise socioambiental exige reconhecer as múltiplas determinações que a constituem e as diferentes formas pelas quais seus efeitos se manifestam nos territórios e nas experiências dos grupos sociais.

É nesse cenário que a Educação Ambiental (EA) assume relevância como campo de conhecimento e prática educativa comprometida com a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e participar de processos de transformação social. Entre as diferentes concepções presentes nesse campo, destaca-se a Educação Ambiental Crítica, perspectiva que compreende os problemas ambientais como fenômenos socialmente produzidos e vinculados às contradições inerentes à organização da sociedade contemporânea. Ao contrário de abordagens centradas na mudança de comportamentos individuais ou na difusão de conhecimentos ecológicos, a perspectiva crítica busca promover a compreensão das causas estruturais que produzem a degradação ambiental e as desigualdades sociais, articulando a dimensão ambiental às questões econômicas, políticas e culturais (Loureiro, 2004).

A compreensão crítica das questões socioambientais torna-se ainda mais significativa quando associada ao conceito de Justiça Ambiental que contribui para revelar as relações entre ambiente, desigualdade e poder, oferecendo importantes subsídios teóricos para a análise crítica das problemáticas socioambientais contemporâneas. Além disso, a dimensão territorial emerge como elemento fundamental para a compreensão dessas questões. Os territórios constituem espaços de produção da vida social, de construção de identidades e de disputas por recursos, direitos e significados. É neles que se manifestam concretamente os conflitos socioambientais e as desigualdades produzidas por processos mais amplos de organização econômica e política.

Diante dessas considerações, este trabalho parte do entendimento de que a Educação Ambiental Crítica e os pressupostos da Justiça Ambiental constituem referenciais fundamentais para a análise das relações entre sociedade, ambiente e educação. Nesse contexto, busca-se discutir, à luz da Justiça Ambiental, a construção de práticas educativas comprometidas com a formação articulada à superação das contradições sociais e com a compreensão das desigualdades socioambientais

presentes nos diferentes territórios. Também, refletir sobre as contribuições da Justiça Ambiental para a Educação Ambiental Crítica, destacando suas potencialidades para a compreensão dos conflitos socioambientais e para a formação de sujeitos comprometidos com a transformação social. E ainda, relatar experiências pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar que, a partir da gestão de resíduos sólidos, ampliam o debate ambiental para questões relacionadas à vulnerabilidade climática, às desigualdades territoriais e à justiça ambiental.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A crescente necessidade de debater a crise socioambiental contemporânea, compreendida por diversos autores como uma crise de caráter civilizatório, impõe a urgência de problematizar suas múltiplas determinações e consequências. Tal compreensão contribui para que a sociedade reconheça a Educação Ambiental como uma prática educativa e política capaz de fomentar processos de transformação social em sentido amplo, abrangendo não apenas as relações estabelecidas com o meio ambiente, mas também as dinâmicas econômicas, culturais, históricas e sociais que condicionam a produção das desigualdades e dos conflitos socioambientais.

O campo da Educação Ambiental é constituído por distintas perspectivas teóricas, metodológicas e políticas, que expressam diferentes formas de compreender a relação entre sociedade e natureza. Entre essas perspectivas, destaca-se, para os propósitos deste trabalho, a macrotendência crítica. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental não se limita à transmissão de conhecimentos ecológicos ou à promoção de comportamentos individuais considerados ambientalmente adequados. Ao contrário, conforme argumenta Carvalho (2004), trata-se de uma prática educativa que deve estar profundamente articulada à realidade concreta dos sujeitos, às suas experiências históricas e às problemáticas sociais que atravessam seus contextos de vida. Isso implica compreender as complexas relações entre sociedade e natureza

e atuar de maneira crítica diante dos conflitos e problemas socioambientais que emergem dessas relações.

A Educação Ambiental Crítica direciona sua atenção para os processos históricos e sociais que estruturam a relação dos seres humanos entre si e com o ambiente em que vivem (Loureiro, 2004). Nesse sentido, busca desenvolver formas de compreensão que ultrapassem análises superficiais ou reducionistas dos problemas ambientais, possibilitando a construção de leituras críticas acerca das causas estruturais que produzem a degradação ambiental e as desigualdades sociais. Conforme destaca Tozoni-Reis (2012), essa perspectiva orienta-se pela compreensão das questões socioambientais como fenômenos socialmente produzidos, exigindo ações educativas comprometidas com a transformação da realidade e com a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Os pressupostos que fundamentam a Educação Ambiental Crítica estão diretamente relacionados ao questionamento das contradições inerentes à sociedade moderna e aos modelos hegemônicos de desenvolvimento (Layrargues; Lima, 2014). Trata-se, portanto, de uma perspectiva contra-hegemônica que problematiza os princípios econômicos, políticos e culturais responsáveis pela manutenção de relações de dominação entre grupos sociais e pela exploração intensiva da natureza. Conforme argumenta Layrargues (2002), essa abordagem assume uma postura crítica em relação aos mecanismos de acumulação capitalista e às formas de apropriação desigual dos bens naturais, buscando contribuir para o enfrentamento das injustiças socioambientais e para a construção de alternativas socialmente emancipatórias.

Sob essa ótica, contextualizar e problematizar a crise socioambiental significa compreender que as questões ambientais não podem ser analisadas isoladamente ou reduzidas a problemas técnicos de gestão dos recursos naturais. Ao contrário, exige-se a inserção dessas problemáticas em um contexto mais amplo, marcado por relações de poder, desigualdades sociais, disputas territoriais e modelos de desenvolvimento que frequentemente privilegiam interesses econômicos em detrimento das condições

de vida de populações vulnerabilizadas e da integridade dos ecossistemas. Assim, a compreensão crítica da crise socioambiental demanda o tensionamento permanente das contradições produzidas por esses modelos e o engajamento em processos coletivos de transformação social.

Nessa direção, entende-se que as relações sociais de dominação e exploração, historicamente constituídas em uma sociedade orientada pela lógica da acumulação do capital, sustentam ideologias que legitimam e reproduzem processos de degradação ambiental e exclusão social. As problemáticas socioambientais não surgem de forma espontânea ou desvinculada da organização econômica e política da sociedade; elas são produzidas e intensificadas por estruturas que concentram poder e recursos, ao mesmo tempo em que distribuem desigualmente os riscos ambientais. Nesse contexto, Layrargues (2002, p. 191) afirma que “a Educação Ambiental Crítica é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”. Dessa forma, a EA Crítica assume não apenas a função de denunciar as contradições presentes na organização social vigente, mas também de fomentar a construção coletiva de alternativas capazes de enfrentar e superar as causas estruturais da crise socioambiental.

Entretanto, é importante reconhecer que a Educação Ambiental Crítica não atribui à educação, isoladamente, a responsabilidade pela transformação da realidade. Essa perspectiva distancia-se de concepções ingênuas ou idealizadas que compreendem os processos educativos como suficientes para promover mudanças sociais profundas. Embora a educação desempenhe papel fundamental na formação de sujeitos críticos e na ampliação da participação política, às transformações socioambientais dependem igualmente de condições objetivas relacionadas às dimensões econômicas, institucionais, culturais e políticas da sociedade (Tozoni-Reis, 2012). Assim, a ação educativa deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de processos sociais necessários à construção de alternativas emancipatórias.

No âmbito da perspectiva crítica da Educação Ambiental, além da compreensão dos processos globais que produzem e intensificam os problemas socioambientais, torna-se indispensável considerar as diferentes formas pelas quais tais problemas afetam distintos grupos sociais. Essa preocupação é particularmente relevante quando se observam as experiências de populações historicamente marginalizadas, cujas condições de vida frequentemente as tornam mais vulneráveis aos impactos ambientais. Desse modo, a análise crítica das questões socioambientais exige atenção às desigualdades sociais, econômicas, raciais, étnicas e territoriais que condicionam a distribuição dos riscos e dos benefícios decorrentes da apropriação dos recursos naturais.

Nesse contexto, torna-se pertinente desenvolver práticas educativas fundamentadas nas especificidades dos diferentes grupos sociais e comunidades, valorizando seus conhecimentos, experiências e formas de organização. Tal perspectiva é fundamental para a construção de processos participativos e democráticos orientados para a transformação das realidades locais e para a criação de condições favoráveis à emancipação social. Conforme argumenta Loureiro (2002), a participação coletiva e o fortalecimento dos sujeitos sociais constituem elementos centrais para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça ambiental e com a democratização das decisões relacionadas à gestão do ambiente.

Os grupos sociais apresentam particularidades associadas às características de seus territórios, às formas de interação estabelecidas com o ambiente e às maneiras pelas quais percebem e interpretam os problemas socioambientais que enfrentam. Essas especificidades são construídas historicamente e expressam a relação dialética entre as condições locais e os processos sociais mais amplos que influenciam a organização da vida coletiva. É precisamente a partir da atuação territorializada dos diversos atores sociais, portadores de interesses, necessidades e visões de mundo distintas, que emergem os conflitos relacionados à apropriação e ao uso dos bens naturais, bem como as possibilidades de construção de formas democráticas de gestão ambiental.

A territorialidade, compreendida como uma dimensão histórica, social, cultural e espacial da vida humana, constitui elemento fundamental para as ações educativas desenvolvidas no campo da Educação Ambiental Crítica. Ao considerar os territórios como espaços de produção da vida social e de disputa por recursos, significados e direitos, torna-se possível compreender os processos de transformação das relações sociais e culturais que se desenvolvem em contextos específicos. Essa abordagem favorece a análise crítica dos modos de produção e reprodução da existência humana, permitindo aos sujeitos identificar as conexões entre suas experiências cotidianas, as dinâmicas locais e os processos estruturais que configuram a crise socioambiental contemporânea. Dessa forma, a valorização da dimensão territorial fortalece práticas educativas comprometidas com a formação crítica, a participação democrática e a construção de alternativas voltadas para a justiça social e ambiental.

3 JUSTIÇA AMBIENTAL

O movimento pela Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, a partir da mobilização de comunidades negras e populações socialmente vulnerabilizadas que denunciavam a concentração de atividades poluentes em seus territórios (Acselrad, 2002). Influenciado pelas lutas por direitos civis lideradas por Martin Luther King Jr. e articulado a movimentos sindicais e de trabalhadores agrícolas, o movimento passou a questionar a distribuição desigual dos impactos ambientais entre diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, organizações comunitárias localizadas em áreas urbanas e regiões marcadas pela presença de atividades industriais promoveram mobilizações contra a poluição e seus efeitos sobre a saúde e a qualidade de vida das populações locais. Ao evidenciar que grupos historicamente marginalizados eram os mais expostos aos riscos ambientais, o movimento contribuiu para associar as questões ambientais às desigualdades sociais e raciais.

Na década de 1990, a Justiça Ambiental ganhou maior reconhecimento político e institucional nos Estados Unidos. Inicialmente centrada na denúncia da exposição desproporcional de populações negras, indígenas, hispânicas e de baixa renda aos riscos tóxicos e industriais, a perspectiva da justiça ambiental influenciou políticas públicas e legislações federais (Acseirad, 2002). Além disso, suas discussões se expandiram para outros países por meio da articulação entre movimentos sociais, organizações e instituições acadêmicas, consolidando-se como um importante campo de reflexão sobre as relações entre ambiente, poder e desigualdade.

As discussões desenvolvidas no campo da Justiça Ambiental constituem um importante referencial teórico para a compreensão crítica das relações entre sociedade, ambiente e educação. Ao evidenciar como os benefícios e os impactos decorrentes da apropriação dos recursos naturais são distribuídos de forma desigual entre os diferentes grupos sociais, essa perspectiva possibilita problematizar as condições históricas, políticas e econômicas que produzem e reproduzem desigualdades socioambientais.

Com isso, Justiça Ambiental assume relevância por evidenciar que os riscos, impactos e danos ambientais não se distribuem de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. Contrariamente à ideia de que as consequências da degradação ambiental atingem a população de forma igualitária, os estudos nesse campo demonstram que determinados segmentos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados e socialmente vulnerabilizados, tendem a suportar de forma desproporcional os efeitos negativos decorrentes dos processos de exploração dos recursos naturais e dos modelos de desenvolvimento predominantes.

Nesse contexto, seus pressupostos oferecem contribuições significativas para a análise das práticas de Educação Ambiental desenvolvidas em espaços escolares, favorecendo a construção de processos educativos comprometidos com a leitura crítica da realidade e com a formação de sujeitos capazes de compreender e

intervir nas problemáticas socioambientais que atravessam seus territórios e suas experiências cotidianas.

4 PARA ALÉM DA GESTÃO DE RESÍDUOS: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

As reflexões apresentadas nesta seção têm origem em experiências desenvolvidas no contexto das práticas pedagógicas conduzidas em uma escola da rede municipal de ensino de Florianópolis, entre os anos de 2023 e 2024. Nesse período, a escola participou da implementação do Programa Escola Lixo Zero, no ano de 2023, constituindo-se como espaço de vivência e problematização das relações entre Educação Ambiental, gestão de resíduos sólidos e questões socioambientais presentes no cotidiano escolar.

Os sujeitos envolvidos foram estudantes do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, desenvolvido em atividades de contraturno escolar. As ações pedagógicas tiveram como foco a articulação entre Educação Ambiental, pesquisa científica e mídia-educação, contemplando atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos, compostagem e horta escolar.

A partir dessas experiências, emergiram situações que evidenciaram a necessidade de ampliar as discussões ambientais para além do gerenciamento de resíduos, incorporando reflexões sobre desigualdades socioambientais, vulnerabilidade climática e justiça ambiental, temas que se manifestaram nas vivências, percepções e demandas trazidas pelos próprios sujeitos escolares.

Durante o desenvolvimento do projeto, os conceitos inicialmente trabalhados estiveram relacionados à classificação dos resíduos em recicláveis, orgânicos e rejeitos, uma vez que a atividade diagnóstica de observação das lixeiras da escola conduziu os estudantes a essas temáticas. Como parte do planejamento pedagógico, foi utilizada a obra paradidática *Eu produzo menos lixo*, de Cristina Santos, que aborda diferentes aspectos da problemática dos resíduos sólidos na sociedade contemporânea. O livro

apresenta temas como a evolução histórica da produção de resíduos, a industrialização e o aumento do consumo, a substituição de materiais reutilizáveis por descartáveis, a ampliação da geração de lixo nas cidades, os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado, os processos de decomposição, a formação do chorume, a emissão de gases de efeito estufa, a poluição dos oceanos, a coleta seletiva, a reciclagem e o consumo consciente.

As discussões propostas a partir da leitura da obra foram articuladas a saídas de estudo e experiências práticas que buscavam ampliar a compreensão dos estudantes acerca das questões socioambientais relacionadas aos resíduos sólidos. Entre os espaços visitados destacam-se o Jardim Botânico de Florianópolis, onde foram abordadas práticas de compostagem termofílica, vermicompostagem, agrofloresta e gerenciamento de resíduos; o Museu do Lixo e os pátios operacionais da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), nos quais os estudantes tiveram contato com processos de compostagem, reciclagem de materiais e discussões sobre microplásticos nos oceanos; a Associação R3 Animal, organização responsável pelo monitoramento de praias e pela reabilitação da fauna marinha em Santa Catarina; e a Escola do Mar, que desenvolve atividades voltadas à cultura oceânica, à problemática dos microplásticos e aos impactos da poluição marinha.

Além das saídas de estudo, foram desenvolvidas diversas atividades pedagógicas, incluindo rotações por estações de aprendizagem, análises sobre consumo consciente, reflexões acerca do envio de resíduos para aterros sanitários, mudanças climáticas, insegurança alimentar, desastres ambientais, esgotamento de recursos naturais, escassez de água potável e poluição dos oceanos por plásticos. Também foram realizadas exposições de documentários, leituras de textos informativos, pesquisas em fontes confiáveis, debates sobre os impactos socioambientais da produção e do descarte de resíduos, sistematização de propostas para a construção de sociedades mais sustentáveis e investigações de campo realizadas em diferentes espaços do território.

Ao longo do processo, novas demandas emergiram, exigindo adaptações no planejamento inicial. A aquisição de uma caixa d'água destinada à compostagem possibilitou a implementação de práticas relacionadas à compostagem termofílica e à vermicompostagem, conduzindo estudantes e professores à construção conjunta de novos conhecimentos. Paralelamente, iniciou-se a implantação de uma horta escolar com abordagem agroflorestal e a reorganização do gerenciamento de resíduos sólidos na unidade educativa. Essas ações estavam alinhadas aos objetivos do Programa Escola Lixo Zero, que busca promover o protagonismo estudantil e o engajamento dos sujeitos na resolução de problemas ambientais presentes em seus espaços de vivência.

Entretanto, apesar da ampliação gradual das atividades, as ações desenvolvidas permaneciam predominantemente centradas na gestão de resíduos sólidos. Ainda que houvesse a intenção pedagógica de discutir os impactos ambientais associados aos resíduos, a preocupação principal continuava voltada à destinação adequada dos materiais descartados.

Um movimento de ampliação dessa perspectiva ocorreu a partir das discussões relacionadas à Década do Oceano. Durante a gravação de um episódio do podcast, que contou com a participação da autora Cristina Santos, uma estudante questionou se já havia sido pensado um livro voltado aos impactos dos resíduos plásticos sobre os animais marinhos. A partir dessa inquietação, e considerando os temas investigados ao longo de 2023, o projeto foi ampliado em 2024 para incluir estudos sobre microplásticos, bioplásticos e os impactos da poluição plástica sobre a fauna marinha, em parceria com a Escola do Mar. Nesse mesmo período, a escola passou a integrar o Programa Escola Azul, iniciativa vinculada ao projeto Maré de Ciência, da Universidade Federal de São Paulo, voltado à divulgação científica e ao fortalecimento das relações entre ciência, educação e sociedade.

Ao longo dessas experiências, observou-se que as discussões ambientais propostas pelos estudantes frequentemente extrapolavam a temática dos resíduos

sólidos. Durante uma atividade realizada em alusão ao Dia Mundial da Água, na qual foram analisadas publicações da rede social Instagram sob a perspectiva da Educação Midiática, uma estudante relatou sua preocupação recorrente com os alagamentos em sua rua e os impactos desse fenômeno em sua vida cotidiana. Tal manifestação evidenciou que, para muitos estudantes, a crise ambiental não se restringe ao descarte inadequado de resíduos, mas se expressa também por meio das desigualdades territoriais, da precariedade da infraestrutura urbana e das situações de vulnerabilidade climática presentes em seus contextos de vida.

Embora as práticas de separação de resíduos desenvolvidas pelo Programa Escola Lixo Zero contribuam para a sensibilização e a construção de hábitos ambientalmente responsáveis, sua potência formativa torna-se limitada quando as problemáticas ambientais são abordadas de forma dissociada das desigualdades sociais e territoriais que afetam os estudantes. Conforme destaca Loureiro (2012), uma Educação Ambiental crítica e transformadora requer a articulação entre os temas ambientais e as condições concretas de vida dos sujeitos, reconhecendo que questões como pobreza, precariedade urbana e vulnerabilidade socioambiental constituem dimensões inseparáveis da crise ambiental contemporânea.

Nessa perspectiva, a discussão remete ao conceito de injustiça ambiental, entendido por Acselrad et al. (2009) como a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, que tendem a incidir de forma mais intensa sobre populações historicamente vulnerabilizadas e socialmente desfavorecidas. Em contraposição a essa realidade, a noção de justiça ambiental surge como uma proposta de enfrentamento das desigualdades socioambientais, articulando demandas sociais e ambientais em defesa de uma distribuição mais equitativa da proteção ambiental e do acesso aos direitos.

No contexto das mudanças climáticas, é recorrente a ideia de que seus efeitos atingem a população de maneira uniforme. Contudo, os impactos climáticos são

vivenciados de forma desigual, afetando com maior intensidade grupos socialmente vulnerabilizados, populações racializadas e comunidades empobrecidas. Esses grupos encontram-se mais expostos aos riscos ambientais decorrentes de processos socialmente produzidos, como a exploração intensiva dos recursos naturais, a destinação inadequada de resíduos e a insuficiência de infraestrutura urbana em seus territórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho evidenciam que a crise socioambiental contemporânea não pode ser compreendida apenas a partir de seus aspectos ecológicos, uma vez que está diretamente relacionada a processos históricos, econômicos, políticos e culturais que produzem desigualdades sociais e ambientais. Nesse contexto, a Educação Ambiental Crítica e a Justiça Ambiental constituem importantes referenciais para a compreensão dessas problemáticas e para a construção de práticas educativas comprometidas com a transformação social.

As experiências desenvolvidas no contexto escolar demonstraram que ações inicialmente centradas na gestão de resíduos sólidos podem favorecer discussões mais amplas sobre as relações entre ambiente, território e desigualdade. Ao longo do percurso pedagógico, as inquietações manifestadas pelos estudantes evidenciaram a necessidade de incorporar temas como vulnerabilidade climática, infraestrutura urbana e injustiça ambiental às práticas de Educação Ambiental.

Nesse sentido, a aproximação entre Educação Ambiental Crítica e Justiça Ambiental mostrou-se relevante para ampliar a compreensão das questões socioambientais presentes no cotidiano dos estudantes, valorizando suas experiências e os contextos territoriais nos quais estão inseridos. Mais do que promover mudanças de comportamento, as ações desenvolvidas buscaram estimular a reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e natureza e sobre os diferentes impactos da crise socioambiental nos territórios.

Por fim, considera-se que a experiência relatada aponta para a importância de práticas educativas que articulem questões ambientais e sociais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e participativos. Dessa forma, a Justiça Ambiental apresenta-se como um referencial promissor para o fortalecimento de processos de Educação Ambiental comprometidos com a equidade, a participação democrática e a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 5, p. 49-59, 2002.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- FLORIANÓPOLIS. **Projeto Escola Beatriz Lixo Zero**. 2020.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p.23 - 40, jan.-mar, 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.
- TOZONI-REIS, Marília F. de Campos. Educação Ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 276-288, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/view/1670>. Acesso em 28 abr. 2026.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Kelly Bernardo de Paulo

Mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina

<https://orcid.org/0009-0009-7174-4342> • kelly.paulo@prof.pmf.sc.gov.br

Contribuição: Redação – rascunho original, Escrita – revisão e edição

2 – Mônica Dias Vieira

Mestrado em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina

<https://orcid.org/0009-0000-0758-9186> • monica.dias@prof.pmf.sc.gov.br

Contribuição: Redação – rascunho original, Escrita – revisão e edição

3 – Salete da Aparecida Martins

Mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina

<https://orcid.org/0000-0003-4034-6228> • salete.edu.p@gmail.com

Contribuição: Redação – rascunho original, Escrita – revisão e edição

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

PAULO, K. B.; VIEIRA, M. D.; MARTINS, S. A. Educação Ambiental Crítica e Justiça Ambiental: reflexões e práticas no contexto escolar. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97367, 2026. DOI: 10.5902/2317175897367. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897367>.